

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

A FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO, CAPITAL GEOGRÁFICA DO BRASIL (1).

Com o título acima, publicou a editôra Livros de Portugal, da capital da República, um estudo *sui generis* da autoria do ilustre historiador português Jaime Cortesão.

Se nós fôssemos fazer uma crítica desse livro descendo a minúcias, teríamos necessidade de ocupar dezenas de páginas desta Revista, o que seria um abuso, tal a quantidade de hipóteses as mais estranhas a que recorre o ilustre historiador para a feitura do seu trabalho.

Assim sendo, resolvemos apenas dizer alguma coisa, o *quantum satis*, para que o leitor tenha uma idéia da fecunda imaginação de Jaime Cortesão e possa ajuizar do acêrto das suas afirmativas, em se tratando das primeiras páginas da nossa história que, não sabemos porque, agora o está empolgando.

Procura o erudito historiador, no seu livro, defender a seguinte tese: com instruções secretas de D. João III, muito bem informado e baseado nos estudos feitos pelos *Serviços hidrográficos do Estado*, trouxe Martim Afonso de Sousa, ao desferrar para o Brasil em 1530, o *tito perfeitamente bem determinado* de fundar, juntamente com São Vicente, aquilo que hoje se chama São Paulo, sabendo que assim assegurava para o domínio português a posse das regiões do ouro e da prata, situadas no oeste sul-americano!

Contra semelhante concepção, entretanto, apresenta-se uma série de fatos hábilmente silenciados por Jaime Cortesão na sua argumentação.

Em primeiro lugar, a existência de uma carta do Rei de 28 de setembro de 1532 a Martim Afonso, que a recebeu em São Vicente, na qual, perguntando apenas pelo êxito de sua missão no *rio da Prata*, omite qualquer alusão ao projeto dessa dupla fundação, documento cautelosamente silenciado pelo brilhante historiador português. O expediente de estender ao Tietê o nome do rio da Prata é coisa que só a ignorantes da geografia sul-americana pode enganar.

E' moralmente impossível que uma missão tão importante e tão definida como a que D. João III teria confiado a Martim Afon-

(1). — CORTESÃO (Jaime), *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*, Livros de Portugal. Rio de Janeiro, 1955. 277 pp.

so, na hipótese de Jaime Cortesão, tivesse ficado oculta aos companheiros da expedição e que isso não constasse, depois, de *qualquer documento*, ainda que muito posterior. Ora, não resta o menor traço de que tais companheiros tenham estado a par dêsse objetivo de tamanho relêvo.

Se o objetivo era essa dupla fundação, não se explica porque, ao invés de se dirigir imediatamente para São Vicente, como seria natural, tenha permanecido o fundador três meses no Rio de Janeiro. A expedição daí enviada a Tibiriçá, *pelo vale do Paraíba*, é o que pode haver de mais extravagante e não foi isso o que afirmou Benedito Calixto, como quer agora o erudito historiador português.

Menos ainda se explica que passe de largo, na viagem de vinda, por diante de São Vicente e permaneceu 44 dias em Cananéia. . . Pergunta-se: que interêsse haveria em fugir desta maneira do lugar que devia ser, de acôrdo com as expressas determinações de D. João III, a meta luminosa apontada a essa expedição? A quem pretendia despistar Martim Afonso?

Na temerária hipótese (sempre hipótese) de Jaime Cortesão, precisaremos concluir que, podendo Martim Afonso deixar em São Vicente, como seria aconselhável, *no próprio lugar do destino*, os povoadores que vinham em suas naus, preferiu no entanto levar a passeio até as proximidades do rio da Prata cêrca de 400 pessoas, alimentando-as durante mais de 2 meses e expondo-as aos riscos de um naufrágio, como aquêle que o colheu junto à barra do arrôio Chuí, o que é muita estupidez para atribuímos ao fidalgo, que tanto se distinguiu no serviço da sua pátria.

Tanto nas proximidades do rio da Prata, como depois de S. Vicente, conforme narra Pero Lopes de Sousa no seu *Diário*, reúne os principais companheiros a fim de ouvir seus pareceres acêrca do que havia de fazer. Se, pois, ao sair de Portugal trazia instruções bem determinadas e lugares marcados para estabelecer os dois primeiros núcleos de colonização no Brasil, *São Vicente* e *São Paulo*, como não tê-lo por um desorientado, ou refinado hipócrita ao assim proceder?

Quanto à "vila" de Piratininga, destinada a ser a capital geográfica do Brasil, de cuja fundação nada mais se sabe do que as brevíssimas linhas do *Diário*, sem que mencione sequer a subida de Martim Afonso ao planalto (note-se que em maio de 1532 se retirara Pero Lopes para Portugal) silencia outra vez Jaime Cortesão uma série de fatos devidamente documentados que são os seguintes: a "vila" de Piratininga desapareceu de todo e isso *durante a própria estadia do donatário em São Vicente*. Como sabemos, partiu Martim Afonso depois de 4 de março de 1533 — a monção para o norte começava em fins de março — e chegou a Portugal mais ou me-

nos em agôsto. Dêste país seguiu, logo no ano seguinte, para a Índia e nunca mais tornou à sua capitania que, de resto, só lhe foi doada depois de sua partida.

Pois bem. Antes de partir de São Vicente, *vedou Martim Afonso o acesso ao planalto aos colonos de São Vicente!* Palavras de Manuel da Nóbrega, não exatamente as da carta ao rei D. João III, mas as de uma outra a Santo Inácio de Loiola, mais ou menos entre janeiro a 23 de maio de 1556, encerram decisiva confirmação para o raciocínio de Frei Gaspar da Madre de Deus, menos já se vê, quanto à negativa da fundação e brevíssima existência da “vila” de Piratininga durante a permanência de Martim Afonso em São Vicente.

“Se Martim Afonso tivera fundado a Vila de São Paulo, — escreve Frei Gaspar (nós diríamos: se a povoação fundada por Martim Afonso não tivesse sido por êle extinta, após a deserção de seus povoadores) —, seria desnecessária a referida permissão (de poderem os colonos de São Vicente subir ao planalto) de sua procuradora (D. Ana Pimentel, em 1554). Em tal caso poderiam entrar e sair quantos portugueses quisessem subir aos Campos de Piratininga, *por não caber no juízo de pessoa alguma, que naquela paragem se havia de criar uma vila inacessível aos compatriotas de seus moradores*” (2).

Eis as palavras do padre Manuel da Nóbrega:

“Ali (onde os jesuitas “tem casas e igrejas”... “perto da Vila de Santo André”, e onde todos os cristãos desejam... viver, se lhes dessem licença) *foi a primeira povoação de cristãos, que nesta terra houve em tempo de Martim Afonso*, e vieram viver ao mar, por razão dos navios, de que todos se arrependeram, e, todavia a alguns deixaram lá ir viver” (3).

Lógicamente está aqui subentendido a proibição feita aos portugueses de viver naqueles lugares, proibição de que apenas João Ramalho foi isento, conforme assevera o mesmo Frei Gaspar.

Ora, se como afirma Jaime Cortesão, uma das mais importantes determinações de D. João III a Martim Afonso, era aquela de fundar a “vila” de Piratininga, como explicar ter êste fidalgo desobedecido essa ordem e tudo ter deligenciado, quando ainda em São Vicente, para que a “vila” desaparecesse?

Em 14 de dezembro de 1535 escrevia da Índia Martim Afonso ao conde de Castanheira uma carta onde há êste tópico que tudo ilumina:

(2). — Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, terceira edição, páginas 177-179 e 217-218.

(3). — *Cartas Jesuíticas*, I, 154.

“Pero Lopes me escreveu que vossa senhoria queria um pedaço dessa terra do Brasil que eu lá tenho, *mande-a tomar tôda ou a que quiser que essa será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo*” (4).

Além disso, êste mesmo conde, íntimo colaborador de D. João III, escreveu em 1542, a propósito da expedição de Martim Afonso, seu primo, o seguinte:

“*Mistério foi grande fazer-se a primeira despesa a fim de coisa que não merecia*” (5):

Sem dúvida ignorava êsse fidalgo o *alto escopo de tal expedição* e mais os grandiosos anteprojetos da *Geopolítica Portuguesa* a respeito do Brasil. E se êle o ignorava, quem é que os conheceu nunca, a não ser agora o eminente historiador português?

Se tal *geopolítica*, se tal *plano*, se tal *visão*, como a que atribui Jaime Cortesão a Martim Afonso de Sousa (e em falta dêste a D. João III), assessoriado pelos *Serviços hidrográficos do Estado*, existiu em 1530, por que, quando em 1549 recomeçou a ação direta do Estado para a colonização do Brasil, em lugar de levar a efeito o *maravilhoso esquema*, com tamanha clarividência anteriormente traçado, abandonou D. João III “a vila”, que sabia predestinada a ser a *capital geográfica do Brasil* e cuja restauração lhe seria tão fácil promover, e manda fundar Salvador na Bahia?!

Diante do espetáculo do progresso científico e da genialidade política de Portugal, que já na primeira metade do século XVI podia delinear de antemão todo o futuro de São Paulo e do Brasil, durante pelo menos quatrocentos anos (e por que não até o fim do mundo?), não podemos deixar de pasmar que a nossa antiga metrópole deixasse de prever e de evitar a catástrofe de Alcácer-Kebir e de outros acontecimentos de grande importância. Estranhamos igualmente que até hoje não tenham alguns portugueses, lendo e relendo os *Lusíadas*, sabido ver a importância que, no século XVI, dava Portugal à nossa terra, através das páginas imortais do “Poeta da Raça”, *páginas que não foram escritas...*

Continuamos, pois, convictos, de que carece do menor apôio documental e até de verossimilhança, as afirmativas de Jaime Cortesão no que diz respeito ao encargo que D. João III deu a Martim Afonso de Sousa quando, em 1530, o enviou ao Brasil com o fito de iniciar a sua colonização.

Continuamos, também, convictos, de que as primeiras páginas da nossa história e, em particular a de São Paulo, escritas por his-

(4). — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, 107.

(5). — *Idem*, vol. II, 101.

toriadores nacionais, não necessitam ser refeitas de modo tão extravagante como pretende o ilustre historiador português, mas apenas corrigidas aqui e acolá, sem a preocupação de enaltecer esta ou aquela figura, evitando-se assim a introdução de elementos perturbadores, subjetivos e irritantes no campo sereno da História.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

Da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.